

PLATÃO, ISÓCRATES E ARISTÓTELES NO *DE ORATORE*, DE CÍCERO

Eduardo da Silva de FREITAS*

■ **RESUMO:** Este artigo analisa a incorporação das ideias de Platão, Isócrates e Aristóteles na teoria de Cícero sobre a retórica, presente no livro *De oratore*. Observam-se os cortes, as mudanças e adaptações feitas pelo orador romano no pensamento daqueles autores para elaborar suas próprias ideias. A análise concentra-se em três pontos que organizam a obra, relacionados a cada um dos pensadores gregos: o perfil do orador, a proposta pedagógica e os conteúdos, que se referem a Platão, Isócrates e Aristóteles, respectivamente. De fato, Cícero não se limita a reproduzir os pensamentos desses autores, mas os adapta à sua teoria.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Cícero. Grécia Antiga. Retórica. Roma Antiga. Teoria.

Introdução

Em meio ao intenso debate que se estabeleceu na Grécia nos anos finais do século V e ao longo do século IV a respeito da retórica, as figuras de Platão, Isócrates e Aristóteles destacam-se por terem deixado um legado teórico mais robusto, ainda que com interesses bastante divergentes. Com efeito, boa parte da obra de Platão consistiu em negar a possibilidade de uma arte do discurso em geral. Sua crítica voltou-se especialmente para os que se propunham a ensinar tal habilidade, desacreditando tanto os métodos como também o caráter dos professores, além do interesse dos alunos que os buscavam. Seja pela denominação de rétor, seja pela de sofista, para ele, quem ensina a arte do discurso é tratado como ganancioso e embusteiro, um caçador de alunos ricos (PLATÃO, *Theaetetus*, 231d). E, de modo semelhante, a qualificação que reserva aos discípulos desses mestres não é mais lisonjeira.

Embora tivesse algumas posições em comum com Platão, Isócrates não partilhou da descrença dele na existência de uma arte do discurso. Para ele, que, aliás, tomou lições com Sócrates e com Górgias, ensinar outros a produzir discurso

* UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Departamento de Letras Clássicas e Orientais – Instituto de Letras – Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 20550-900 – efreitasleco@gmail.com.

era mesmo uma maneira de inculcar-lhes boa moral e justiça (ISOCRATES, *Against the sophists*, 21). Sua concordância com Platão consistia justamente na crítica aos sofistas. De fato, apesar de ensinar seus alunos a produzirem discursos, não se considerava um dos sofistas, que julgava serem enganadores e falsos mestres. No seu entendimento, ele mesmo era um professor de filosofia, emprestando a esse termo um sentido diferente do atribuído pelo discípulo mais famoso de Sócrates, já que seu ensino era baseado no domínio de textos.

Aristóteles, contemporâneo dos dois, de ambos discordou em alguma medida. Não só entendendo a retórica como uma arte, mas também estabelecendo uma forma de abordagem mais propositiva e analítica, o estagirita rompeu com o pensamento de seu mestre ao mesmo tempo que rejeitou o modo de ensino proposto por Isócrates. Não é à toa que sua contribuição foi a mais influente na continuação da reflexão sobre a retórica. Tendo incorporado muito da tradição que lhe foi anterior, o que se seguiu à sua formulação traz sua marca efetiva.

É dessas figuras tão distintas que Marco Túlio Cícero se serve para a elaboração de suas ideias sobre a retórica. No seu escrito mais importante sobre o assunto, o *De oratore*, encontram-se muitas posições que se ligam àqueles pensadores gregos, de um modo que aparecem minimizadas as divergências que os separam. Recorrendo à forma do diálogo para expor suas ideias, Cícero incorpora o legado deles, operando seleções, cortes e interpretações que atenuam as disposições excessivamente conflituosas dos grupos, embora não as tenha apagado de todo. De fato, não é que as incompatibilidades sejam apagadas, mas, para Cícero, elas não impossibilitam o acolhimento dos pontos aproveitáveis dessas autoridades para o desenvolvimento de suas ideias sobre a oratória.

Essa operação torna-se possível, entre outras coisas, porque a época e a sociedade em que viveu não são marcadas pelas querelas que ocuparam a Atenas dos séculos V e IV a. C. Ou melhor: no momento em que escreve seu texto, ao invés dos calorosos debates entre filosofia *versus* retórica, que tiveram lugar no seio da Grécia, a disputa da Roma republicana estabelece-se entre filósofos e rétores. O debate de que Cícero participa seria similar, mas não idêntico ao estabelecido por Platão, que ataca a oratória e a retórica (WISSE, 2002, p. 362-363).

Servindo-se da figura de Antônio, uma das personagens do diálogo, Cícero reporta um pouco das discussões que se passavam nos meios filosóficos de Atenas de décadas anteriores à escrita do *De oratore*. Assim, registra que, contra alguns atenienses dotados de habilidades oratórias e envolvidos com a vida política e jurídica da cidade, Cármadas, filósofo da nova Academia, que também reivindicava a herança do platonismo, defendia que apenas os conhecedores da filosofia poderiam ser bons oradores, como era o caso de Demóstenes, grande orador e discípulo de Platão. Acrescentava que, dentre os que ensinavam os preceitos da oratória ou escreviam manuais sobre o assunto, não havia um que tivesse sido conhecido por sua capacidade de discursar. Desse modo, concluía que, sem o conhecimento

filosófico, não seria possível a alguém discursar de modo grandioso (CÍCERO, *De oratore*, 1, 93).

Colocada dessa maneira, a questão já não giraria em torno do reconhecimento da atividade do orador, de sua pertinência ou relevância. O problema, então, era saber como ele deveria ser formado, quais conhecimentos lhe seriam necessários ou indispensáveis. A tensão propriamente residia em saber se o conhecimento dos mestres de oratória bastaria ou não para a formação do orador.

Além do mais, correlata a esse redirecionamento do assunto dentre os envolvidos com a retórica, havia a crença bastante difundida à época de Cícero de que o ensino deveria assentar-se na imitação dos expoentes do passado (KENNEDY, 2008, p. 198). Com isso, o próprio legado das gerações anteriores era incorporado de maneira específica, integrando-se na disposição para a aceitação da inevitável existência do orador. Não é de se admirar que, em outras passagens de seus livros, Cícero faça elogios diretos ou indiretos a Platão, justamente por suas virtudes oratórias. Para além dos encontrados no *De oratore*, também o *Brutus* e o *Orator* registram-nos, chamando o filósofo de “mais abundante” (*uberior*) em relação a outros, (*Brutus*, 120) e “ornado” (*ornate*) (*Orator*, 19, 62). Quer dizer, em lugar de insistir na caracterização das posições do texto platônico, o ex-cônsul romano aponta um modo de aproximá-lo de seus adversários.

Considerando isso, este trabalho, sem pretender ser exaustivo, analisa a apropriação que Cícero faz de algumas ideias daqueles três pensadores gregos que se dedicaram à retórica, observando os cortes, as mudanças e adaptações feitas por ele para formular suas ideias. A fim de sistematizar a exposição, o foco será lançado sobre três pontos centrais que organizam o diálogo, tentando relacioná-los a cada um dos pensadores. Na discussão sobre o perfil do orador, o foco recairá em Platão; quanto à pedagogia a ser implementada, a relação será feita com Isócrates; sobre a organização dos conteúdos, o vínculo será estabelecido com Aristóteles.

O perfil do orador: o diálogo com Platão

A tentativa de Cícero para conciliar filosofia e oratória realiza-se pela transferência do foco da arte para a figura do orador. À diferença do que se deu durante o período das querelas na Atenas dos séculos V e IV a. C., quando a abordagem se concentrou, a princípio, na pertinência desses estudos – como se pode ver no *Fedro* e no *Górgias*, de Platão – e, depois – quando Aristóteles se dedica ao tema –, na organização da disciplina, o ex-cônsul romano, por sua vez, investiga o orador perfeito, ideal.

Para ele, a oratória era uma atividade enobrecedora e, pela sua dedicação a ela, pode-se acreditar que sua opinião não estaria muito distante daquela colocada na boca de Crasso, no *De oratore*, segundo a qual nada seria mais extraordinário do

que um homem eloquente, capaz de cativar as multidões e dirigir suas mentes para onde desejar. Dessa perspectiva, ao se considerar que os homens se distinguem dos animais pela capacidade de falar, mais admirado ainda seria quem se destacasse pela grandeza que alcançasse nesta atividade (*De oratore*, I, 33).

No entendimento do orador romano, ao saber falar, mobilizava-se o conhecimento de inúmeros assuntos, tais como a história, as leis, o direito civil, as paixões humanas, além das capacidades de memorizar e de controlar o corpo, os gestos, a voz (*De oratore*, I, 17-18). De acordo com esta concepção, o orador de verdade deveria ter conhecimento dos grandes temas e artes, sendo capaz de falar de qualquer assunto importante de modo ornado (*De oratore*, I, 20). Perfeito, então, seria o orador capaz de falar sobre tudo com sabedoria e elegância, com ordem e dignidade (*De oratore*, I, 64).

Ao atribuir este elevado grau de formação ao orador, Cícero toma Platão como referência. Nesse sentido, a insistência para que o orador tivesse amplo conhecimento seria uma tentativa de preencher os requisitos que Platão havia colocado em suas obras para a aceitação de um homem eloquente. Pelas referências que Cícero faz ao *Górgias* e ao *Fedro* de Platão, especialmente no seu diálogo *De oratore*, já houve quem dissesse ser esta obra uma defesa da oratória contra as críticas do fundador da Academia (KENNEDY, 2008, p. 231). Ora, no diálogo em que Sócrates encontra o orador de Leontino, a principal questão que se estabelece entre os dois diz justamente respeito ao conhecimento. Ao primeiro, incomoda que Górgias diga professar uma arte do discurso, já que falar pressuporia, a seu ver, o domínio de algo que lhe seria anterior.

Com esse pensamento, Sócrates insiste em perguntar a seu interlocutor sobre o que seriam esses discursos que ele diz ensinar (PLATÃO, *Górgias*, 451d), pois não aceita que um discurso esteja desvinculado de algum conhecimento. Para ele, o ensinamento oferecido por Górgias seria muito prejudicial, não só porque não transmitiria conhecimento algum, mas também porque ensinaria os ignorantes a serem bem-sucedidos em discussões com os conhecedores de determinado assunto (PLATÃO, *Górgias*, 459c). Em verdade, tratar-se-ia de ensinar alguém a tirar vantagem de alguma situação. Entendendo a questão desta maneira, Sócrates desqualifica tanto Górgias quanto os discípulos dele que aparecem como personagens deste diálogo.

No outro diálogo platônico que trata mais detidamente da retórica, o *Fedro*, a questão é levantada novamente. Agora, Sócrates fala ao jovem cujo nome dá título à obra, reclamando dos autores de discursos e dos próprios discursos que não reproduziam a verdade sobre os assuntos de que tratava. Para ele, antes de se falar ou escrever, seria ainda necessário definir cada coisa de que se trate, classificá-la ao máximo, conhecer os tipos de alma existentes para poder adequar o discurso a quem o recebe (PLATÃO, *Fedro*, 277b-c). Apenas os discursos escritos com fins didáticos, que reproduzissem os pensamentos reais de quem os elaborasse, e que

se dedicassem ao justo, ao belo e ao bom deveriam ser aceitos (PLATÃO, *Fedro*, 278a).

Ao estabelecer tais condições e colocar a situação nestes termos, Platão propõe a interdição do orador e dos metros de retórica, desqualificando-os, defendendo não só que eles seriam incapazes de falar sobre qualquer assunto, mas também afirmando a impossibilidade de haver uma arte capaz de ensinar um indivíduo a discorrer sobre qualquer tema. O teor do texto platônico não é propriamente estabelecer critérios segundo os quais se poderia desenvolver a eloquência difundida pelos mestres e praticada pelos oradores, mas afirmar que este tipo de coisas, a seu ver, não existiria, pois o discurso seria consequência de um ensinamento que lhe é anterior.

No entanto, não é assim que Cícero aborda o pensamento do fundador da Academia. Ele toma as palavras de Platão como condição para a aceitação da eloquência e de seu ensino e tenta satisfazer a crítica platônica, transformada em parâmetro. É nesse sentido que afirma ser a apresentação de um discurso algo pueril (*puerilem*) e tolo (*inanem*) (CÍCERO, *De oratore*, 1, 21), se o orador não souber do que fala. Sua insistência em que o orador deva conhecer muitas coisas seria um modo de evitar que se imputasse a pecha de verborrágico ao orador. Assim, ao incômodo do Sócrates platônico com o fato de que um ignorante pudesse ser mais persuasivo do que um conhecedor de determinado assunto quando lida com um público inculto (PLATÃO, *Górgias*, 459b-c), o Crasso de Cícero não vê problemas em afirmar que um orador seria capaz de falar melhor do que um especialista, desde que pudesse se dedicar ao assunto (CÍCERO, *De oratore*, 1, 51).

Note-se também que, para Cícero, orador não deveria se preocupar em atingir conhecimentos muito abstratos, como seria o filosófico, no seu entender. Se, sem a filosofia, ninguém seria capaz de falar com abundância sobre grandes e variados temas (CÍCERO, *Orator*, 14), o contato com ela deveria ser bem calculado. Em uma de suas falas no *De oratore*, Antônio declara que não se dedica completamente à filosofia, mas apenas um pouco (CÍCERO, *De oratore*, 2, 156). Neste caso, fala-se que tal conhecimento pode lançar suspeição de artificialismo sobre o orador, mas existiria também o problema, mencionado no *Orator*, de que, embora os conhecimentos dos filósofos pudessem ser próprios para a descoberta de argumentos na elaboração dos discursos, não serviriam como modelos, pois seu tom mais calmo seria mais adequado ao ensino do que às causas dos fóruns e assembleias (CÍCERO, *Orator*, 62-63).

A presença do pensamento platônico na obra de Cícero não se dá por meio do endosso amplo, mas da apropriação seleta. Entre outras coisas, isso se explica pela diferença capital entre a visão dos dois autores sobre o orador: para o pensador grego, este não é o tipo de indivíduo que deveria ser aceito numa sociedade; para o romano, nenhum cidadão deveria ser mais cumulado de glória do que o homem capaz de falar publicamente e conduzir as massas por meio de seu discurso. Com efeito, uma fala como a de Antônio, em que se aceita que o orador estaria limitado

a dar opiniões, pois não só ele discursaria para ignorantes, como também acabaria falando sobre o que desconhece, além de revelar posições diferentes sobre as mesmas questões (CÍCERO, *De oratore*, 2, 30), só poderia ter um sentido disfórico num diálogo platônico.

A pedagogia: a presença de Isócrates

Segundo Cícero (*De oratore*, 1, 16), porque a quantidade de conhecimentos necessários ao orador é muito grande e a tarefa de assimilá-los muito difícil, o número de pessoas que poderiam ser consideradas dignas desse nome seria bastante pequeno na história, menor mesmo do que o dos comandantes, dos filósofos, dos matemáticos e dos poetas, ainda que houvesse muitos aprendizes, mestres, pessoas inteligentes dedicadas à oratória. Essas palavras, que parecem exprimir uma simples constatação, estão relacionadas a uma teoria sobre o ensino-aprendizagem e a uma visão da oratória que remetem a Isócrates e Aristóteles, dos quais o orador romano tomou, respectivamente, a pedagogia e a estruturação dos estudos (KENNEDY, 2008, p. 231). Deixando para a próxima sessão a análise relativa a Aristóteles, passe-se agora à incorporação das ideias de Isócrates por Cícero.

Em algumas passagens do *De oratore*, Cícero coloca tanto na boca de Crasso como na de Antônio o debate sobre o processo de formação do orador. O primeiro deles repara que o poder da oratória depende especificamente de três elementos. Em primeiro lugar, estaria a disposição natural e a capacidade intelectual do possível aspirante ao domínio da eloquência. Seriam requisitos indispensáveis aos estudos uma língua expedita, uma sonoridade na voz, bons pulmões, força, certa entoação de voz, graça (*figura*) de face e de corpo (*De oratore*, 1, 17). Ainda conforme as palavras atribuídas à personagem, quem não tivesse tais atributos poderia conseguir algum avanço, mas jamais chegaria à perfeição, mesmo que fosse muito inteligente e tivesse conhecimento teórico. Desse modo, o elemento mais importante é o conjunto dos atributos físicos, seguido pela inteligência.

Satisfeitas as condições física e intelectual, Crasso continua aconselhando que o aprendiz se dedique a dominar os preceitos da oratória. Para a personagem, as orientações são, de fato, importantes, mas foi a eloquência que deu origem a elas, não o contrário. Opondo-se aos mestres de retórica, que supervalorizariam as regras que ensinam, Crasso aponta que elas sozinhas não seriam suficientes para a formação do orador.

Sobre a prática, Crasso sugere o exercício com causas semelhantes às do fórum, a escrita do discurso ou de parte dele, sempre que possível, para que se evite o improviso, se escolham as palavras certas e se arranje melhor o discurso. Essa prática traria fluidez ao discurso mesmo quando o orador tivesse de falar de improviso. Recomenda os exercícios de movimento, de voz e de memória, a leitura

dos poetas, o conhecimento da história e de todas as artes liberais, do direito civil, da tradição do senado (CÍCERO, *De oratore*, 1, 149-159).

Em suas falas, Antônio também expressa o mesmo pensamento, concordando que a disposição natural é elemento indispensável para a formação do orador. Em certo ponto, Cícero coloca em sua boca a afirmação de que só se dispunha a ensinar a quem julgasse um discípulo bom ou mediano, dispensando sumariamente quem considerasse incapaz (CÍCERO, *De oratore*, 2, 85). Do mesmo modo que Crasso, reconhece a importância e a limitação dos preceitos para a formação do orador. Além disso, sugere que o aprendiz imite um modelo, um orador, com cujo estilo mais se afeiçoe, e se entregue à prática, que consistiria justamente em imitar o modelo. (CÍCERO, *De oratore*, 2, 92).

Na fala de Antônio, a ideia de que o professor só deveria dedicar-se ao ensino de alunos efetivamente capazes é relacionada a Apolônio de Alabanda, que atuou em Rodes por volta dos anos finais do século II a. C. (WISSE, 2002, p. 346). Seja como for, a relação da formação do orador com a aptidão natural, a instrução e os exercícios aparece já em Isócrates, contemporâneo de Platão. No *Contra os sofistas*, ao criticar os professores que se gabam de possuir os preceitos necessários e suficientes para a transformação de seus alunos em grandes debatedores ou escritores, Isócrates (*Against the sophists*, 19) defende que apenas com a instrução não seria possível realizar essa promessa. Assim, embora reconheça que os ensinamentos possam, em muitos assuntos, melhorar e desenvolver a inteligência de quem domine as regras da arte retórica, acha imprescindível que o aluno tenha talento. Sem ele, não seria possível tornar-se um orador. Mas, sendo alguém dotado dos atributos naturais, Isócrates defende o estudo árduo para complementar a inclinação natural, dedicado à aprendizagem de vários tipos de discursos e ao exercício contínuo neles. Ao professor caberia ensinar os princípios da arte da melhor maneira, apresentando um tipo de oratória que se prestasse a capacitar o aluno no desenvolvimento de seu próprio estilo.

A grande proximidade entre as falas das personagens do diálogo de Cícero e as ideias de Isócrates não deve ofuscar algumas adaptações feitas pelo orador romano ao projeto do mestre grego. Embora não seja preciso esmiuçar as diferenças entre os autores, que estão relacionadas aos propósitos distintos de cada um deles, como também aos contextos socioculturais da Atenas do século V a. C. e da Roma do século I a.C, incluindo-se aí os desdobramentos da tradição do ensino de retórica desde o momento grego até sua implementação no Lácio, o fato é que há distinções significativas nos programas de Cícero e de seu predecessor. Por exemplo, Isócrates fala da formação de debatedores e escritores, ao passo que o ex-cônsul romano trata da formação de pessoas para atuação nos tribunais e nas assembleias.

Em primeiro lugar, o orador romano é muito mais específico sobre o que entende por talento ou aptidão natural, estabelecendo que os atributos físicos são indispensáveis, mais importantes até do que a inteligência. Isócrates é mais vago

quanto a isso, não determinando em que consiste efetivamente esta disposição natural. Esta diferença pode estar relacionada ao ambiente de atuação dos dois autores: enquanto Cícero refletia numa sociedade que pressupunha a apresentação do orador nos tribunais e nas assembleias, o mestre grego o fazia numa comunidade em que o orador podia tanto apresentar-se pessoalmente quanto produzir um discurso para outrem.

No mesmo sentido, vão as observações sobre a prática. Cícero é mais preciso na discriminação dos exercícios, referindo-se tanto ao corpo como à produção do discurso em si. Por outro lado, Isócrates fala de exercitar-se em diferentes tipos de oratória. Note-se que a insistência das personagens de Cícero na prática da escrita tem por finalidade o desenvolvimento da capacidade de atuação e memorização dos oradores, não são propriamente um treinamento com fim em si mesmo. Quanto à imitação, elemento importante para ambos autores, não é também entendida da mesma forma. A fala de Antônio no *De oratore* refere-se à imitação como atividade a ser praticada pelo aprendiz de orador com seu modelo escolhido no fórum, observando-lhe a atuação. Neste caso, a imitação é o tirocínio, a prática no fórum. No texto de Isócrates, o modelo é o professor, no próprio ambiente de ensino, não no local de atuação prática do aluno.

A semelhança maior se encontra na avaliação do papel dos preceitos que o aluno deve absorver. Quanto a isso, eles entendem que, sendo importantes, as regras da arte não são o essencial para que alguém se torne bom orador. O conjunto de argumentos elencados nos dois casos é bastante próximo. Fala-se do encarecimento excessivo por parte dos professores das orientações que dão aos alunos, apesar de sua incapacidade de construir um bom discurso e da pouca instrução que têm.

Os elementos da oratória: o aproveitamento de Aristóteles

Se a pedagogia que deve ser aplicada ao orador é próxima ao projeto apresentado por Isócrates, os conhecimentos mais importantes para a prática oratória ligam-se, em boa parte, ao pensamento de Aristóteles. Embora haja alguma controvérsia sobre o tipo de contato que Cícero teria tido com a obra do filósofo de Estagira, é bastante verossímil que o orador romano tenha tido acesso à *Retórica* ou integralmente ou em partes (WISSE, 1989, p. 188). Além das menções diretas ao filósofo, a própria identificação dos elementos que fazem parte da oratória é bastante próxima à formulação aristotélica, podendo-se atribuir as diferenças às interpretações do orador romano (FANTHAM, 2004, p. 164). Neste sentido, o encaminhamento diverso dado por Cícero à teorização de Aristóteles não significa que o Arpinate tenha sido um leitor desatento da obra do estagirita (FORTENBAUGH, 2005, p. 45), mas apenas reflete entendimentos distintos sobre certos pontos.

Com efeito, os conteúdos que aparecem como importantes na obra Cícero para quem deseja se tornar um orador são bastante vastos, mas, no que tange à

formação do aprendiz, boa parte deles remete a Aristóteles e à tradição estabelecida pelos professores de retórica desde o século V a. C. Apesar da insistência no direito e na história, em especial, a maneira de o ex-cônsul romano conceber a organização da oratória repercute fortemente o passado desses estudos.

Em um primeiro momento, no *De oratore*, Crasso apresenta o esquema do tratamento tradicional dado ao assunto. Embora afete certo desprezo pelos preceitos, a personagem, todavia, aborda as finalidades do discurso, seus pressupostos e as circunstâncias que o envolvem. Assim, começa observando que o orador deve discursar adequadamente com vistas a persuadir o público. Em seguida, registra que todo discurso trata de um tema indefinido, amplo, geral, nos quais as contingências estariam contidas, e caracteriza tipos e subtipos de controvérsias. Feitas estas observações, passa às principais situações em que os discursos são pronunciados, em que o tema geral é atualizado. Assim, os discursos ocorrem nos julgamentos, nas deliberações ou ainda em momentos de elogio ou vitupério de alguém (CÍCERO, *De oratore*, 1, 137-141).

Na mesma fala, aborda as partes da oratória que indicam os passos que o orador deveria percorrer para elaborar seu discurso: inventar o que dizer, dispor os assuntos segundo a importância, orná-lo, memorizá-lo e atuar graciosa e dignamente ao proferi-lo. Segundo os preceitos, todas essas etapas deveriam ser feitas com vistas a criar um discurso cujas partes se harmonizassem, de modo que o início cativasse os ouvintes, procedendo-se à explicação e definição da causa, à exposição das provas com a refutação dos argumentos do adversário, para que ao final se amplificasse o que fosse favorável à causa, com o enfraquecimento do que lhe fosse prejudicial. Além do mais, aponta que todo o discurso deveria ser apresentado com uma fala pura e correta, clara, ornada e decorosa (CÍCERO, *De oratore*, 1, 142-144).

Posteriormente no diálogo, Antônio e Crasso se dividem na explicação de toda essa matéria. Ao primeiro, Cícero atribui o tratamento da invenção dos argumentos, da disposição dos assuntos e da memória, cabendo a ornamentação e a atuação ao último. Ao começar a expor a parte que lhe compete, Antônio faz um resumo dos tópicos abordados nos manuais, do mesmo modo que Crasso havia feito anteriormente, inclusive com o mesmo tom de desdém pelos mestres de retórica. Avançando, porém, à abordagem de seu amigo, declara que em toda causa se procura saber o acontecimento que a desencadeia, bem como a espécie do acontecido e sua denominação. Acrescenta que a persuasão dependeria de três elementos: provar a verdade, cativar os ouvintes e despertar emoções neles. Para provar, existiriam dois tipos de elementos: um, não inventado pelo orador, englobaria os diversos documentos legais, as testemunhas e os materiais existentes previamente ao caso; o outro dependeria da invenção do orador, pois estaria ligado sobretudo à argumentação (CÍCERO, *De oratore*, 2, 114-120).

Mais adiante, passa a tratar da invenção dos argumentos, ligados aos três elementos de persuasão. Aponta como produzi-los pelo discurso (CÍCERO, *De oratore*, 2, 156-181), pela cativação dos ouvintes e pelo despertar das emoções neles (CÍCERO, *De oratore*, 2, 182-191). Ao abordar a parte da disposição dos assuntos (CÍCERO, *De oratore*, 2, 307), assinala que haveria dois modos: um oferecido pela causa e outro criado pelos oradores. Este último consistiria em introduzir o assunto antes de apresentar a causa, expô-la, prová-la, refutar os argumentos do adversário e concluir o discurso.

Assim disposto o discurso, Antônio sugere, todavia, que seu começo, ligando-se ao que se lhe segue, tenha, entre outras características, precisão e dignidade. Aceita a indicação dos manuais de que nesta parte seria mais fácil cativar os juízes, deixando-os dóceis e atentos, mas insiste que esta disposição deveria ser buscada durante todo o discurso (CÍCERO, *De oratore*, 2, 313-323). Sobre a exposição dos eventos, que consiste na narração da causa, recomenda que não seja muito breve e que desperte prazer no ouvinte, evitando-se narrar o que já seria conhecido (CÍCERO, *De oratore*, 2, 326). Depois disso, viriam o estabelecimento da causa (CÍCERO, *De oratore*, 2, 331), com a demonstração do que é controverso entre as partes, e a conclusão, em que, entre outras coisas, seria preciso inflamar ou apaziguar os juízes segundo o interesse da causa.

Ao fim de sua exposição, que tem como foco o discurso judicial, Antônio passa a falar dos discursos deliberativo e epidítico (relativo aos louvores ou ao vitupério) (CÍCERO, *De oratore*, 2, 333), explicando as circunstâncias em que se empregam e os tipos de argumentos que se devem levantar em cada um deles. Sua fala encerra-se com observações sobre a memória, elemento também indispensável para o orador.

Complementando a exposição de Antônio, Crasso aborda a ornamentação e a atuação. Considerando que o melhor modo de discursar é o claro, ornado, adequado e conveniente à causa (CÍCERO, *De oratore*, 3, 37), aponta que isso dependeria de não se empregarem com muita frequência palavras desusadas, não as pronunciar de modo forçado ou negligente, não recorrer ao sotaque do campo em detrimento do cidadão (CÍCERO, *De oratore*, 3, 39-44). Os ornamentos indicados por Crasso para compor o discurso são a escolha das palavras e seu agrupamento na frase (CÍCERO, *De oratore*, 3, 149). Para se ornar um discurso, seria possível ao orador recorrer, às vezes, a termos antigos, à criação de vocábulos ou a metáforas (CÍCERO, *De oratore*, 3, 150-157). Sobre o agrupamento, o orador deveria arranjar as palavras de modo a deixar seu discurso fluente, além de emprestar-lhe ritmo e equilíbrio, com vista a agradar os ouvidos do público (CÍCERO, *De oratore*, 3, 171-172).

Antes de passar à atuação, Crasso menciona a divisão dos estilos em enérgico (*plena*, sc. *oratio*), suave (*tenuis*) e médio (*particeps utriusque generis*) (CÍCERO, *De oratore*, 3, 199) com os quais se conjugariam as circunstâncias de ocorrência do discurso. Para ele, seria importante que o orador avaliasse o tipo de causa e de

público ao qual haveria de se dirigir para escolher o estilo adequado (CÍCERO, *De oratore*, p. 573). Por fim, ressalta a importância do desempenho do orador para o sucesso de uma causa. Nesse sentido, insiste que o orador domine os sinais adequados para exprimir as emoções, gesticulando, modulando a voz e variando o aspecto segundo o sentimento que pretenda manifestar (CÍCERO, *De oratore*, 3, 211). Chega mesmo a dizer que tudo dependeria da atuação, a qual, sendo pífia, poderia levar um orador excelente a perder a causa para um mediano (CÍCERO, *De oratore* 3, 213).

Sobre a exposição das personagens, é importante notar que essa distribuição da matéria relativa ao ensino da retórica, típica dos manuais e resumida por Cícero através de suas personagens, remete a tradições diversas e a diferentes vozes, que não estão diretamente ligadas a formulações próprias de Aristóteles. Por exemplo, a afirmação de que qualquer discurso trata de uma questão geral é baseada na teoria de Hermágoras, rétor grego do período helenístico, cujas ideias aparecem nos manuais de retórica latinos que chegaram até os dias atuais, o *Rhetorica ad Herenium* e o *De Inventione*, tendo sido este escrito pelo próprio Cícero.

A divisão da oratória em cinco partes, com a presença da memória e da atuação, são incrementos posteriores ao sistema aristotélico que identifica três partes, que seriam justamente a invenção, o estilo e a disposição dos discursos (ALEXANDRE JÚNIOR, 2012, p. XLIII). Do mesmo modo, o trecho repercute, com algumas alterações, a divisão das partes do discurso, desenvolvida pelos sofistas já no século V a. C., que propunham a segmentação em prólogo, narração, argumentação e epílogo, ao qual o próprio estagirita se conforma. Além disso, a identificação dos estilos como intenso (*vehemens*, sc. *genus*), tênue (*subtile*) ou intermediário (*modicum*) feita por Cícero no *Orator* (21, 69) remetia a Teofrasto (BONNER, 2012, p. 80), discípulo de Aristóteles.

O fato é que a exposição que Cícero atribui às personagens do diálogo repercute várias das ideias apresentadas por Aristóteles. O eixo central das falas de Antônio e Crasso remonta justamente ao modelo aristotélico de conceber a retórica pelas atividades a serem desempenhadas pelo orador (WISSE, 2002, p. 355-356), modelo que rompeu com o método tradicional de separar o material a ser tratado segundo as partes do discurso (SOLMSEN, 1941, p. 37). Mas além dessa, existem inúmeras outras classificações e divisões que aparecem no texto da *Retórica*. É esse não só o caso da categorização das provas em inartísticas, cuja existência não depende do orador, e artísticas, que deveriam ser inventadas por ele (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1355b-1356a), mas também dos três modos aos quais o orador poderia recorrer para persuadir seus ouvintes, a saber, pelo caráter do próprio orador, pela maneira como disporia seu público e pelo discurso em si.

Elementos centrais tanto nas ideias de Aristóteles quanto nas de Cícero, eles recebem, contudo, tratamento diferente. A abordagem do primeiro assume caráter

mais lógico, enquanto a do último é mais dependente da sensibilidade. Dessa forma, para Aristóteles, as provas artísticas seriam construídas no próprio discurso. Nesse sentido, ao apontar que, além da efetiva demonstração lógica daquilo que defende, o orador poderia fornecer provas a partir do caráter ou da comoção dos ouvintes, Aristóteles propõe que sejam derivadas do próprio discurso.

No caso das provas formuladas a partir do caráter do orador, o filósofo ressalta a importância desse elemento para a persuasão, mas insiste que a confiança a ser transmitida resulte antes das palavras do orador do que de alguma opinião prévia sobre sua pessoa (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1356a). Quanto às provas que dependem da comoção dos ouvintes, a interpretação é semelhante: tudo deve depender do discurso (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1356a).

Dado este caráter mais racional da abordagem aristotélica, não é de se admirar que, mesmo quando trata das emoções, reconhecendo que a autorrepresentação do orador e os sentimentos dos ouvintes têm real influência na avaliação do que se discute (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1377b-1378a), a análise presente na *Retórica* repouse principalmente sobre os raciocínios e argumentos que se podem derivar de estados de espírito – como a ira, a inveja, a piedade e a calma, entre outros – e dos atributos relativos ao caráter – como a idade, a riqueza e o poder. Aliás, embora se dedique a tais temas, boa parte do segundo livro da *Retórica* refere-se à estrutura dos raciocínios retóricos.

Quanto a isso, Cícero procede de modo inverso e insiste muito mais no tipo de prova derivada do orador e das emoções do público do que dos argumentos, o que indica uma ênfase maior nos aspectos não racionais da invenção das provas (SCATOLIN, 2009, p. 103). Na verdade, em lugar de afirmar que o discurso gera credibilidade do orador e sensibiliza o ouvinte, o que ele coloca é o inverso: a figura do orador e os sentimentos que se despertam na audiência é que seriam os geradores da credibilidade do discurso. Assim, ao invés dos raciocínios que se podem fazer sobre os estados de espírito e dos atributos, Cícero vai se deter nos próprios sinais que se prestariam a criar uma imagem favorável do orador e de seu cliente, bem como nas paixões a serem provocadas (CÍCERO, *De oratore*, 2, 182; 211-214). No caso das provas derivadas do caráter, é significativa a distinção que Cícero faz entre a pessoa do orador e do cliente que ele defende, identificação que não se dá na obra de Aristóteles, em cuja sociedade não havia a figura do advogado, sendo as partes encarregadas de suas defesas (WISSE, 1989, p. 235).

A diferença quanto à ênfase nos tipos de provas está ligada, em parte, ao foco que se dá aos gêneros oratórios. A divisão, que também remonta ao pensador grego, estabelece três gêneros, segundo a finalidade e os ouvintes a que se dirige: assim ele identifica o gênero judicial, o deliberativo e o epidítico, respectivamente conforme se trate do que é justo ou injusto, do conveniente ou prejudicial numa assembleia, e do belo e feio para o espectador (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1358b). Embora pretenda que o gênero deliberativo seja o mais elevado devido ao proveito que

possa trazer ao Estado (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1354b), o fato é que o pensador grego não deixa de se dedicar aos demais gêneros que distingue.

Cícero, por sua vez, embora identifique os três gêneros estabelecidos por Aristóteles, concentra-se efetivamente na oratória judicial, que ocupa quase toda a obra. Em certo momento, Antônio chega mesmo a considerar desnecessário explicar alguma coisa sobre o gênero epidítico ou demonstrativo, pois os preceitos relativos a ele seriam dedutíveis dos gêneros mais difíceis (CÍCERO, *De oratore*, 2, 69-70). Seja como for, perto do término de sua exposição, menciona brevemente tanto o gênero deliberativo como epidítico. A respeito do primeiro, observa que, no senado, o orador deveria adotar uma postura mais comedida, enquanto nas assembleias populares, mais grave e variada (CÍCERO, *De oratore*, 2, 333-334), servindo-se em ambos os casos de argumentos relativos à utilidade e à dignidade. Do gênero epidítico, apenas aponta os lugares-comuns do elogio, ressaltando que em Roma havia poucas ocasiões em que era praticado.

Embora a presença mais significativa das ideias de Aristóteles nas ideias expostas por Cícero através de suas personagens no *De oratore* esteja na ênfase dada às atividades do orador e na teoria das provas, é possível encontrar algumas semelhanças entre os autores relativas à ornamentação dos discursos. No terceiro livro da *Retórica*, no qual se abordam as chamadas virtudes do discurso e se elabora pela primeira vez uma teoria sobre a prosa artística (KENNEDY, 2008, p. 185), o filósofo grego estabelece como qualidades elementares do discurso a clareza e a adequação. O primeiro atributo consistiria no emprego de expressões de sentido corrente, sem muitas metáforas e observando a correção gramatical. Com a adequação, propõe que o estilo exprima emoções, caracteres e forma condizentes com o assunto tratado, evitando tom solene quando se discutam assuntos irrelevantes ou vice-versa. Isso significa que não só as palavras, mas as próprias expressões produzidas pelo orador devem estar em harmonia com o assunto.

Mais uma vez, pode-se perceber que Cícero aproxima-se bastante das ideias de Aristóteles, mas estabelece diferenças significativas. Por exemplo, a clareza do discurso em Cícero vincula-se à dicção e ao sotaque, enquanto em Aristóteles o foco é lançado sobre as concordâncias verbais e nominais, o emprego das conjunções e as ambiguidades. No caso da adequação, Cícero parece mais específico, apontando os aspectos das circunstâncias, como os tipos de causa, de ouvinte e a imagem que o orador pretenderia passar (CÍCERO, *De oratore*, 3, 210-211).

Quanto à parte artística do discurso, segundo Aristóteles, ela consistiria no emprego do ritmo e das metáforas. Neste caso, as ideias de Cícero são bem próximas às do filósofo grego. Embora o orador romano, para tratar da cadência, cite os nomes de Teofrasto e Aristóteles, as ideias reproduzidas remontam ao último destes, que recomenda que na prosa os períodos não sejam muito extensos, mas com uma dimensão que permita abarcá-lo com um olhar (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1409a), o que o deixaria agradável e fácil de memorizar. A diferença

estaria justamente no fato de que Aristóteles concentra-se no discurso escrito ao passo que Cícero refere-se majoritariamente à dimensão performática.

Por fim, para as metáforas, o pensamento do ex-cônsul aproxima-se da formulação aristotélica especialmente nas recomendações para que sejam construídas com concisão e por meio do estabelecimento de relações apropriadas entre o que é designado e o termo de que se serve, evitando-se propor elos entre coisas muito distantes (CICERO, *De oratore*, 3, 157-167). Ainda de modo semelhante ao pensador grego, Cícero aponta para o prazer despertado pela imagem da metáfora no ouvinte não só pela percepção da semelhança entre os termos como também pelo exercício mental que o processo implica (KENNEDY, 2008, p. 233).

Conclusão

No *De oratore*, a principal entre as obras em que expõe suas ideias sobre a oratória, Cícero dialoga de modo intenso com o pensamento de três das mais destacadas figuras da Grécia Antiga que se detiveram sobre o assunto e que divergiam entre si em muitos pontos. Platão, Isócrates e Aristóteles não só são citados textualmente ao longo da obra, mas são efetivamente incorporados na teoria formulada pelo orador romano. A Platão, Cícero remete especialmente ao tratar do perfil do orador, na tentativa de conciliar retórica e filosofia. No entanto, se o filósofo grego concebia a retórica subordinada à filosofia, o ex-cônsul operava uma inversão, entendendo a filosofia como substrato moral a orientar a eloquência (WISSE, 2002, p. 361). Isócrates aparece quando se aborda a questão do ensino. O modelo pedagógico calcado no talento, no domínio dos preceitos e nos exercícios remonta àquele pensador. Ao incorporar essas ideias, porém, Cícero é mais específico, não só apontando em que consistiriam os dons necessários para alguém tornar-se orador, como também apontando quais os preceitos e os exercícios a serem praticados.

Dessas três figuras, no entanto, a presença de Aristóteles é a mais intensa. Com ele, Cícero dialoga ao tratar dos preceitos da arte. A adoção do modelo aristotélico para tratar da invenção das provas, da organização do discurso e do estilo não é feita sem algumas adaptações às circunstâncias presentes na sociedade romana, especialmente quanto ao primeiro elemento. A insistência do estagirita para que a persuasão se dê pelo discurso e que as provas sejam demonstradas logicamente cede lugar, no pensamento de Cícero, à imagem criada pelo orador para si e para seu cliente e às emoções despertadas no ouvinte. O orador romano é mais próximo a Aristóteles quando trata do estilo e da disposição, pois adota boa parte das posições encontradas na *Retórica*.

Seja como for, é importante destacar dois pontos centrais no modo como Cícero incorpora as ideias desses pensadores. Em primeiro lugar, a apropriação que opera acaba minimizando as divergências existentes entre Platão, Isócrates e Aristóteles,

não porque as desconheça, mas porque as ideias dessas figuras são tomadas para tratar de aspectos diversos da retórica. Em segundo lugar, e correlatamente a isso, esta situação só é possível porque o orador romano faz cortes, seleções e interpretações nas formulações daqueles autores a fim de expressar a sua teoria do assunto. É assim que Platão, Isócrates e Aristóteles figuram no *De oratore*, de Cícero.

FREITAS, E. S. Plato, Isocrates and Aristotle on Cícero's *De oratore*. **Itinerários**, Araraquara, n. 45, p. 103-118, jul./dez. 2017.

■ **ABSTRACT:** *This article analyzes the incorporation of the ideas of Plato, Isocrates and Aristotle in Cicero's theory of rhetoric, as present in the book De oratore. The cuts, changes and adaptations made by the Roman speaker in the thoughts of those authors to develop his own ideas can be noticed. The analysis focuses on three points that organize the work, relating them to each of the Greek thinkers: the speaker's profile, the pedagogical proposal and the contents, which are referred to Plato, Isocrates and Aristotle, respectively. In fact, Cicero does not merely reproduce the thought of these authors, but adapts them to his theory.*

■ **KEYWORDS:** *Ancient Greece. Ancient Rome. Cicero. Rhetoric. Theory.*

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE JÚNIOR, M. Introdução. In: ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. XIII-LXIX.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BONNER, S. F. **Education in ancient Rome**: from the elder Cato to the younger Pliny. New York: Routledge, 2012.

CICERONE, M. T. **Opere rhetoriche. De oratore. Brutus. Orator**. Torino: Editrice Torinese, 1970, V. 1.

FANTHAM, E. **The Roman world of Cicero's De oratore**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

FORTENBAUGH, W. W. Cicero as a Reporter of Aristotelian and Theophrastean Rethorical Doctrines. **Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric**, vol. 23, n. 1, p. 37-64, 2005.

ISOCRATES. **On the Peace. Arcopagiticus. Against the Sophists. Antidosis. Panathenaicus**. New York: Harvard University Press, 1929. v. 2.

KENNEDY, G. A. (Ed.). **The Cambridge history of literary criticism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. v. 1.

SCATOLIN, A. **A invenção no *Do Orador de Cícero***: um estudo à luz de *Ad Familiares*, I, 9, 23. 2009. 313 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOLMSEN, F. The aristotelian tradition in ancient rhetoric. **The American Journal of Philology**, v. 62, n. 2, p. 169-190, 1941. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/290828>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

PLATÃO. **Fedro**. Belém: EdUFPA, 2011a.

_____. **Górgias**. São Paulo: Perspectiva, 2011b.

_____. **Theaetetus. Sophist**. New York: Harvard University Press, 1921. v. 7.

WISSE, J. **Ethos and pathos**: from Aristotle to Cicero. Amsterdam: Adolf M Hakker, 1989.

_____. The intellectual background of Cicero's rhetorical works. In: MAY, J. M. (Ed.) **Brill's Companion to Cicero**: oratory and rhetoric. Boston: Brill, 2002. p. 331-374.

